



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

Psiquiatras em pé de guerra

Os psiquiatras americanos estão em pé de guerra, e o motivo é Donald Trump, mais especificamente seu estado mental.

Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem. Depois da posse e dos primeiros “tweets”^{*} presidenciais, essas vozes se multiplicaram e culminaram, em outubro, na publicação de *The Dangerous Case of Donald Trump* (O perigoso caso de Donald Trump), volume organizado pela psiquiatra Bandy Lee, no qual profissionais de saúde, advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções. Os textos trazem considerações interessantes e muita informação, mas não dá para ignorar que a obra é acima de tudo política.

O problema é que a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem, desde 73, uma diretriz, conhecida como regra Goldwater, que autoriza profissionais a dividir com o público seu conhecimento técnico, mas considera antiético que deem opinião sobre pessoas que não tenham examinado. A regra foi reforçada em 2017. A ideia é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.

Os autores da obra sobre Trump estão cientes da norma. Ela é objeto de longo debate na parte dois do livro. O que alegam é que, por vezes, a obrigação do médico de alertar a comunidade para riscos que ela corre prevalece sobre a privacidade. Se o médico desconfia de que seu paciente psicótico planeja assassinar alguém, precisa alertar a vítima potencial, mesmo que isso implique violação do sigilo profissional.

A discussão é boa, e ambos os lados têm argumentos. Penso que, em teoria, a necessidade de se fazer um alerta sobre a saúde mental de pacientes sobrepuja a regra Goldwater. Mas seria preciso encontrar um modo de reduzir um pouco as investidas políticas dos psiquiatras. Se deixarmos que a prática médica e a política se misturem, é quase certo que a medicina sairá perdendo.

* tweet: mensagem enviada pela rede social Twitter.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*, 21.01.2018. Adaptado)

- 01.** Conforme o texto, o conflito em que estão envolvidos os profissionais de saúde mental americanos se deve
- (A) à divulgação, pela imprensa, de informações sobre a saúde mental do presidente Donald Trump, extraídas de um estudo ainda em andamento.
 - (B) ao debate quanto ao direito desses profissionais de levar a público seu conhecimento e à questão ética de se manifestar sobre casos que não examinaram.
 - (C) à disputa entre jornalistas e advogados, favoráveis e contrários à publicação do livro sobre Donald Trump, sem levar em conta a opinião dos psiquiatras.
 - (D) à tentativa de advogados e de jornalistas de desacreditar o trabalho organizado pela psiquiatra Bandy Lee, por considerá-lo essencialmente político.
 - (E) ao fato de o trabalho desenvolvido por esses profissionais não ter convencido jornalistas de que Donald Trump tem a saúde mental comprometida.
- 02.** O trecho do texto em que o autor aponta o que considera ser um aspecto negativo da obra *The Dangerous Case of Donald Trump* é:
- (A) Os psiquiatras americanos estão em pé de guerra, e o motivo é Donald Trump, mais especificamente seu estado mental.
 - (B) Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem.
 - (C) ... essas vozes se multiplicaram e culminaram, em outubro, na publicação de *The Dangerous Case of Donald Trump*...
 - (D) ... profissionais de saúde, advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções.
 - (E) Os textos trazem considerações interessantes e muita informação, mas não dá para ignorar que a obra é acima de tudo política.
- 03.** Na opinião do autor manifestada no último parágrafo do texto,
- (A) os argumentos por trás da regra Goldwater, que autoriza tornar público conhecimento técnico, são insipientes.
 - (B) o sigilo profissional deve prevalecer sobre eventual necessidade de se alertar sobre a saúde mental de pacientes.
 - (C) os que defendem a necessidade de se alertar sobre a saúde mental de pacientes o fazem por motivação política.
 - (D) a prática médica deve permanecer alheia às questões políticas, sob o risco de prejuízo para a medicina.
 - (E) a crença de que a medicina pode ter influência sobre questões políticas é ingênua e precisa ser combatida.

04. Na frase do penúltimo parágrafo do texto "... mesmo que **isso** implique violação do sigilo profissional.", o termo em destaque refere-se

- (A) ao conhecimento da norma pelos autores da obra.
- (B) ao longo debate na parte dois do livro.
- (C) à colocação da privacidade em primeiro plano.
- (D) à desconfiança do médico quanto à intenção do paciente.
- (E) à atitude de alertar a vítima em potencial.

05. Assinale a alternativa em que o trecho da frase em destaque expressa uma condição para que um evento possa se realizar.

- (A) **Depois da posse e dos primeiros "tweets" presidenciais**, essas vozes se multiplicaram...
- (B) O problema é que a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem, **desde 73**, uma diretriz...
- (C) ... autoriza profissionais a dividir com o público seu conhecimento técnico, **mas considera antiético que deem opinião...**
- (D) A ideia é evitar diagnósticos pela TV, **bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.**
- (E) **Se o médico desconfia de que seu paciente psicótico planeja assassinar alguém**, precisa alertar a vítima potencial...

Considere o seguinte trecho do texto, para responder às questões de números 06 a 08.

- A regra foi reforçada em 2017. A ideia é evitar diagnósticos **pela TV**, bem como tornar mais **robusta** a separação entre psiquiatria e política.

06. O termo **robusta**, em destaque no trecho, pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido ao texto, por:

- (A) intermediária.
- (B) intermitente.
- (C) sólida.
- (D) presumível.
- (E) aplicável.

07. O termo em destaque na frase "A ideia é evitar diagnósticos **pela TV...**" expressa ideia de

- (A) meio.
- (B) modo.
- (C) causa.
- (D) direção.
- (E) finalidade.

08. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está de acordo com a norma-padrão de pontuação e conserva o sentido original do texto.

- (A) Reforçada em 2017 a ideia da regra, é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta, a separação entre psiquiatria e política.
- (B) A regra, cuja ideia é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política, foi reforçada em 2017.
- (C) Foi reforçada em 2017, a regra que tem, a finalidade de evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.
- (D) Em 2017, foi reforçada a regra cuja ideia, é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.
- (E) A regra que tem a finalidade, de evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política foi reforçada, em 2017.

09. Caracteriza-se pelo emprego de palavra ou expressão em sentido figurado a seguinte passagem do texto:

- (A) Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem.
- (B) ... advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções.
- (C) ... considera antiético que deem opinião sobre pessoas que não tenham examinado.
- (D) Os autores da obra sobre Trump estão cientes da norma.
- (E) ... a obrigação do médico de alertar a comunidade para riscos que ela corre prevalece sobre a privacidade.

10. Considere o seguinte trecho, escrito a partir do texto.

_____ pela psiquiatra Bandy Lee, a obra traz um longo e instigante debate sobre a suficiência ou não dos argumentos _____ para tentar impedir que _____ opiniões sobre o estado de saúde mental de pacientes por profissional de saúde que não _____ tenha examinado.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

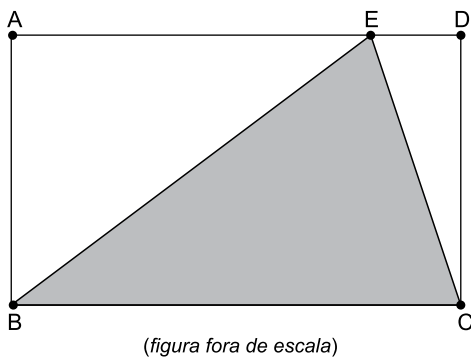
- (A) Organizada ... existente ... seja divulgada ... os
- (B) Organizado ... existentes ... sejam divulgados ... o
- (C) Organizada ... existentes ... sejam divulgadas ... os
- (D) Organizado ... existente ... sejam divulgadas ... os
- (E) Organizada ... existentes ... seja divulgado ... o

11. Em uma empresa, no Dia da Secretária, cada secretária comprou uma flor para cada outra secretária, sendo que nenhuma delas comprou flor para si mesma. Três diretoras compraram, cada uma, duas flores para cada secretária. A presidente da empresa comprou onze flores para apenas uma secretária. Se no total foram compradas 137 flores, o número de secretárias dessa empresa é divisor de
- (A) 123.
(B) 256.
(C) 384.
(D) 459.
(E) 660.
12. André, Bernardo e Carlos organizaram as pastas contidas em três arquivos, A, B e C. André organizava 14 pastas por vez do arquivo A, Bernardo organizava 18 pastas por vez do arquivo B, e Carlos organizava 24 pastas por vez do arquivo C. Se cada um desses rapazes organizou o mesmo número de pastas, a quantidade total de pastas organizadas pelos 3 funcionários é, no mínimo,
- (A) 756.
(B) 1512.
(C) 2268.
(D) 3024.
(E) 3780.
13. Um laboratório possui vários frascos de misturas de água e álcool. As misturas do tipo A contêm 30% de álcool, as do tipo B contêm 40% de álcool, e as do tipo C contêm 75% de álcool. Para preparar 12 litros de uma mistura de água e álcool contendo 55% de álcool, serão misturados um certo volume da mistura do tipo A, com o triplo desse volume da mistura do tipo B, com um certo volume da mistura do tipo C, em litros. O volume da mistura do tipo C que foi misturado está compreendido entre
- (A) 3,1 e 4,0 litros.
(B) 4,1 e 5,0 litros.
(C) 5,1 e 6,0 litros.
(D) 6,1 e 7,0 litros.
(E) 7,1 e 8,0 litros.

14. Para a realização de uma atividade em um congresso, os 235 participantes foram divididos em grupos com 2 homens e 5 mulheres ou grupos com 3 mulheres e 5 homens. O número de grupos com 8 participantes excedeu o número de grupos com 7 participantes em 5, logo a diferença entre o número de mulheres e o de homens participantes é
- (A) 3.
 - (B) 4.
 - (C) 5.
 - (D) 6.
 - (E) 7.
15. Uma empresa produz 20 cadeiras por dia, usando a mão de obra de 3 homens quaisquer. Essa empresa precisa produzir 240 cadeiras em três dias e, para isso, contou com 4 homens por dia, nos dois primeiros dias. Para finalizar o pedido no terceiro dia, o total de homens que precisam trabalhar na produção é
- (A) 16.
 - (B) 19.
 - (C) 22.
 - (D) 25.
 - (E) 28.
16. André jogou 5 partidas de bolinha de gude. Na primeira, ele perdeu 4 bolinhas; na segunda, ele perdeu dois terços das bolinhas que ainda tinha; na terceira, ele ganhou 2 bolinhas; na quarta, ele perdeu um sexto das bolinhas que ainda tinha; e, na quinta partida, ele ganhou 15 bolinhas. Em relação ao número de bolinhas que André tinha antes do primeiro jogo, ele perdeu 74 bolinhas. Logo, ao fim do último jogo, André ficou com um número de bolinhas que é múltiplo de
- (A) 3.
 - (B) 5.
 - (C) 7.
 - (D) 11.
 - (E) 13.
17. A média aritmética simples dos salários de 30 funcionários de uma empresa era R\$ 1.610,00. Esses funcionários tiveram um aumento em seus salários de maneira que os que recebiam R\$ 1.500,00 ou mais tiveram um acréscimo de R\$ 20,00, e os que recebiam menos de R\$ 1.500,00 tiveram um acréscimo de R\$ 50,00. Após esse reajuste, a média dos salários dos 30 funcionários passou a ser R\$ 1.641,00; logo o número de funcionários que tiveram um aumento de R\$ 50,00 é um número entre
- (A) 25 e 30.
 - (B) 19 e 24.
 - (C) 13 e 18.
 - (D) 7 e 12.
 - (E) 1 e 6.

18. Ricardo possui 230 notas, entre notas de R\$ 2,00, R\$ 5,00 e R\$ 10,00, tendo pelo menos uma nota de cada um desses valores. Se, ao todo, essas notas totalizam R\$ 500,00, o número de notas de R\$ 10,00 que Ricardo possui é
- (A) 2.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.

19. Um ponto E pertence ao lado de um retângulo ABCD, formando o triângulo BCE, de área 40 cm^2 , conforme mostra a figura.



Se a área do triângulo ABE é o quádruplo da área do triângulo CDE, e sendo $AB = 5 \text{ cm}$, então a medida, em cm, do segmento ED é

- (A) 1,8.
(B) 2,4.
(C) 3,2.
(D) 4,0.
(E) 4,6.
20. Um paralelepípedo é formado por paredes muito finas e tem em seu interior certo volume de água. Quando o paralelepípedo é apoiado sobre a face de menor área, a altura da água atinge 8 cm. Quando o paralelepípedo é apoiado sobre a face de maior área, a altura da água atinge 3 cm. Se a menor aresta desse paralelepípedo mede 12 cm, a sua maior aresta mede, em cm,
- (A) 16.
(B) 21.
(C) 24.
(D) 27.
(E) 32.

LEGISLAÇÃO

21. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 17/2001, ao entrar em exercício, o funcionário nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo sob o regime da referida lei ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão, sistematicamente, objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados, entre outros, os seguintes fatores:

- (A) pontualidade, capacidade e eficácia.
- (B) responsabilidade, liderança e efetividade.
- (C) assiduidade, disciplina e iniciativa.
- (D) responsabilidade, idoneidade moral e engajamento.
- (E) iniciativa, eficiência e liderança.

22. Considere a seguinte situação hipotética.

Analista Previdenciário X, responsável pelo controle de ponto, tem atribuído, constantemente, frequência para agentes públicos faltosos, cujo ponto deveria fiscalizar. Analista Previdenciário Y, que trabalha na mesma repartição que o Analista Previdenciário X, é assíduo e frequente, mas percebe que X está praticando tal conduta irregular.

Diante do previsto no Estatuto dos Servidores do Município de Paulínia, é correto afirmar que

- (A) o Analista Previdenciário X não está sujeito à punição pela conduta por ele praticada, pois não houve ação dolosa de lesão aos cofres públicos que causasse danos ao patrimônio do município.
- (B) o Analista Previdenciário Y está sujeito à pena de suspensão, com perda da remuneração, que poderá ser fixada pelo prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, de acordo com seus antecedentes.
- (C) o Analista Previdenciário X está sujeito à pena de suspensão, com perda da remuneração, que poderá ser fixada pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, de acordo com seus antecedentes.
- (D) o Analista Previdenciário X está sujeito à punição, enquanto o Analista Previdenciário Y não, pois não cometeu falta disciplinar, já que é dever do funcionário guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (E) o Analista Previdenciário Y está sujeito à pena de advertência, por escrito, caso não leve ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades praticadas pelo Analista Previdenciário X.

23. De acordo com as definições da Lei Complementar Municipal nº 18/2001, são segurados obrigatórios

- (A) os funcionários públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, autárquica e fundacional.
- (B) os funcionários ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) os funcionários ocupantes, exclusivamente, de emprego público, de caráter definitivo ou temporário.
- (D) os funcionários que, na data em que a lei entrou em vigor, tenham implementado os requisitos necessários à sua concessão.
- (E) os funcionários públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, que estejam na ativa, ainda que recebam, por outro fundamento, benefício da Previdência Nacional (INSS).

24. Consideram-se beneficiários do regime de previdência social de que trata a Lei Complementar Municipal nº 18/2001, na condição de dependentes do segurado:

- (A) o companheiro ou a companheira homossexual de servidor ou servidora, exigindo a lei, nestes casos, a comprovação da dependência econômica.
- (B) o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (C) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (D) os pais, biológicos, adotivos ou socioafetivos, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (E) o cônjuge, a companheira ou o companheiro, exigindo a lei, nestes casos, a comprovação da dependência econômica.

25. A respeito da aposentadoria por invalidez, prevista na Lei Complementar Municipal nº 18/2001, é correto afirmar que

- (A) a aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 12 (doze) meses.
- (B) não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o funcionário será colocado em disponibilidade, na qual permanecerá por 24 (vinte e quatro) meses, quando poderá ser aposentado por invalidez.
- (C) a aposentadoria por invalidez vigorará a partir da data em que for exarado despacho reconhecendo a incapacidade laboral.
- (D) o lapso compreendido entre a data de término da licença para tratamento de saúde e a data de publicação do ato da aposentadoria por invalidez será considerado como de prorrogação da licença.
- (E) a aposentadoria por invalidez será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia em que for declarada a incapacidade laboral do funcionário.

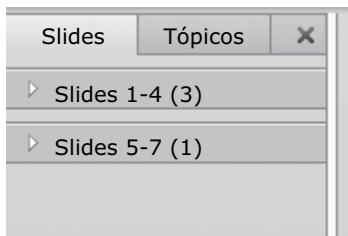
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. A imagem a seguir foi retirada do Windows Explorer, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que apresenta o número correspondente à pasta que, em seu conteúdo, possui pelo menos outra pasta.

- (A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.
27. Um recurso que agiliza a edição de documentos no MS-Word 2010, em sua configuração padrão, é a inserção de trechos de conteúdo reutilizável como título, autor e outros campos e propriedades do documento.
- Tal recurso está disponível no grupo Texto da guia Inserir e é chamado de
- (A) Partes Rápidas.
(B) Caixa de Texto.
(C) Cabeçalho / Rodapé.
(D) Hiperlink.
(E) Legenda.
28. A imagem a seguir foi retirada de uma apresentação de slides sendo preparada por meio do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Pela imagem, é possível compreender que o número de slides contidos na apresentação é

- (A) 1.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 7.

29. A planilha a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, representa as contribuições previdenciárias de um cidadão, iniciadas em 1995. Considere que a planilha possui centenas de linhas seguindo o padrão exibido, e que cada linha mostra o valor da contribuição (coluna C) para um determinado mês (coluna B) de um ano específico (coluna A). O caractere # indica que, no respectivo mês, não houve contribuição.

	A	B	C
1	Ano	Mês	Contribuição
2	1995	1	#
3	1995	2	200
4	1995	3	300
5	1995	4	190
6	1995	5	#
7	1995	6	460

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula que poderá ser utilizada por um analista previdenciário que deseja contar o número de meses em que foi feita alguma contribuição.

- (A) =SOMA(C:C)
(B) =CONTAR.VAZIO(C:C)
(C) =CONT.SE(C:C;"#")
(D) =CONT.NÚM(C:C)
(E) =CONT.VALORES(C:C)
30. A imagem a seguir, utilizada no Google Chrome, em sua configuração padrão, representa o modo de navegação anônimo.



Assinale a alternativa que apresenta o atalho por teclado que permite abrir uma janela em modo de navegação anônimo.

- (A) Ctrl + N
(B) Shift + T
(C) Shift + N
(D) Ctrl + Shift + T
(E) Ctrl + Shift + N

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31. O princípio da eficiência foi incluído na Constituição Federal de 1988 a partir da emenda constitucional 19, de 04 de junho de 1998. Neste princípio fica estabelecida, ainda que de maneira não absoluta, a ideia de bom desempenho das funções públicas, que corresponde à constante melhoria na qualidade dos bens e serviços produzidos e ofertados pelo Estado brasileiro. Considerando a eficiência um princípio norteador da administração pública, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da eficiência advém do movimento de reforma gerencial da administração pública brasileira, e reforça a ideia de melhor rendimento das atividades estatais.
 - (B) O princípio da eficiência substituiu no texto constitucional do País o princípio da economicidade, pois ambos são de natureza implícita e almejam a modicidade dos gastos públicos.
 - (C) O princípio da eficiência depende de lei complementar para sua efetivação como instrumento, haja vista a abrangência do termo que possibilita múltiplas interpretações na gestão estatal no Brasil.
 - (D) O princípio da eficiência é relativo, de forma que só é aplicável a órgãos e servidores públicos que desempenham atividades-fim na organização do Estado brasileiro.
 - (E) O princípio da eficiência sobrepõe-se ao princípio da legalidade, o que torna a administração pública brasileira cada vez menos burocrática e mais próxima dos *modus operandi* da gestão empresarial.

32. Leia o texto para responder à questão.

Mais da metade dos servidores expulsos do governo federal em 2017 praticou corrupção, diz CGU

O governo federal expulsou 506 servidores em 2017 por irregularidades, de acordo com relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) divulgado nesta segunda-feira (8). Segundo o relatório, o principal motivo das expulsões foi a corrupção, em 335 dos 506 casos (66%). Abandono de cargo, ausência sem justificativa e negligência também motivaram as expulsões, segundo a CGU. O número caiu com relação a 2016, quando foram registradas 549 expulsões – maior número desde 2003, quando o levantamento começou a ser feito. Do total de expulsos do ano passado, 424 foram demissões de funcionários efetivos, 56 cassações de aposentadorias e 26 foram destituídos de cargos em comissão. Os dados não incluem os empregados de empresas estatais como Caixa, Correios e Petrobras. Desde 2003, o governo federal já expulsou quase 7 mil servidores. Os estados com número mais elevado de punições foram Rio de Janeiro (1211), Distrito Federal (800) e São Paulo (716).

(<https://g1.globo.com/>. 08.01.2018. Adaptado)

Em relação ao fato descrito pela notícia, pode-se afirmar que

- (A) a recente aprovação do Código de Ética do Servidor Público no Brasil viabilizou novas formas de apuração e punição de irregularidades, e colabora para o aumento dessas ações de expulsão de servidores da União e de alguns estados.
- (B) a criação e o fortalecimento de órgãos como a CGU colaboraram para ações de combate às irregularidades de funcionários públicos, uma vez que são órgãos voltados para o controle interno das ações estatais.
- (C) o número de servidores públicos expulsos do Estado brasileiro poderia ser ainda maior, caso houvesse previsão legal explícita sobre a gama de deveres dos funcionários públicos nacionais.
- (D) as expulsões são inconstitucionais, uma vez que há a garantia de estabilidade aos servidores públicos no Brasil. Em caso de constatação de irregularidades, os servidores deveriam ser realocados em outras funções, sem prejuízo de vencimentos.
- (E) a confusão entre interesse público e privado é comum na gestão pública brasileira pela tradição do patrimonialismo, de modo que os órgãos de controle ainda expulsam relativamente poucos servidores por considerarem algumas irregularidades como costumes da cultura nacional.

- 33.** A dificuldade de financiamento é um dos principais problemas do Estado brasileiro, o que dificulta a gestão e a execução das políticas públicas, fundamentais para o atendimento das demandas cidadãs. Nesse sentido, a distribuição das receitas tributárias entre União, estados e municípios acaba sendo alvo de diversas discussões e recorrentes disputas não apenas políticas mas também na esfera judicial. Considerando a organização administrativa brasileira, assinale a alternativa que representa corretamente a realidade nacional.
- (A) Denota-se a evidente falta de autonomia arrecadatória para os entes municipais, sobretudo após as mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988.
 - (B) Um dos problemas recorrentes é a concentração arrecadatória nos entes subnacionais, o que torna a União dependente da arrecadação estadual.
 - (C) Vigora no Estado brasileiro o modelo de desconcentração tributária, com a distribuição equânime dos impostos entre os três entes federados.
 - (D) Diante da baixa arrecadação, boa parte dos pequenos municípios brasileiros depende das transferências voluntárias e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para sustentar suas finanças.
 - (E) A parcela dos municípios que tem capacidade de se autofinanciar com receitas próprias partilha um percentual desses recursos com o governo estadual para financiar o Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- 34.** A descentralização da administração pública a partir da criação de entidades como fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, classificadas como administração indireta, permitiu a ampliação das funções do Estado brasileiro a partir de órgãos com capacidades específicas, criados para o cumprimento de determinadas atividades. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica peculiar às entidades da administração indireta.
- (A) Inexigibilidade de realização de concurso público.
 - (B) Subordinação à administração direta.
 - (C) Personalidade jurídica própria.
 - (D) Inexigibilidade de cumprimento da Lei nº 8.666/93.
 - (E) Criação a partir de decreto.
- 35.** Um gestor público municipal deseja realizar a compra de equipamentos de informática para a prefeitura em que trabalha. Atento às discussões sobre sustentabilidade ambiental, o gestor decidiu que neste certame dará preferência por empresas que apresentem produtos com mais benefícios econômicos e socioambientais. Considerando essa situação, assinale a alternativa correta.
- (A) Diante da manifestação do desejo do gestor público, deverá ser criada uma lei municipal que viabilize compras sustentáveis no município.
 - (B) A vontade do gestor público é impraticável, pois pode implicar em desvantagens para a administração pública, mesmo com os benefícios socioambientais.
 - (C) Diante da justificativa pela sustentabilidade, há a possibilidade de dispensa de licitação, independentemente do valor dos bens e serviços requeridos.
 - (D) As compras sustentáveis devem ser realizadas via Portal de Compras do Governo Federal, já que esta é a norma para realizar esse tipo específico de contratação pública.
 - (E) A Lei nº 8.666/93 já prevê as licitações sustentáveis, o que viabiliza o interesse manifesto pelo gestor público.

36. Leia o texto para responder à questão.

*Um em cada cinco municípios do RJ descumpre
Lei de Responsabilidade Fiscal*

Ao menos 19 municípios do Rio de Janeiro descumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): isso significa 21% do total de municípios (92) do estado. As informações foram compiladas em um levantamento do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPRJ). O estudo indica que essas prefeituras gastam com pessoal mais do que o limite legal estabelecido pela lei, que é de 54% do orçamento. Itaguaí, no sul fluminense, é o pior exemplo de gestão. Lá, o gasto com a folha salarial é de 86,9%. Como resultado, não sobra dinheiro para investimento em áreas como educação, saúde, conservação e outros. “Foi uma surpresa verificar índices tão altos de gasto com pessoal”, afirma a procuradora de Justiça que coordena o Laboratório de Análise de Orçamentos e Políticas Públicas do MPRJ. “Se a verba pública está sendo destinada nesses níveis ao pagamento do servidor, áreas prioritárias ficam sem recursos. A saúde e a educação estão sendo desconsideradas. Ficam desassistidas.” Com essas informações, a procuradora de Justiça avaliou que muitos dos municípios, entre eles Itaguaí, publicaram decretos de calamidade com base numa “insuficiência artificial”.

(Felipe Grandin e Nicolás Satriano.
<http://g1.globo.com/rj/>. 30.12.2017. Adaptado)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece uma série de sanções institucionais e sanções pessoais mediante o não cumprimento de suas normas. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa que apresenta uma sanção prevista na LRF.

- (A) Suspensão das transferências voluntárias.
- (B) Multas à administração municipal, proporcionais aos meses de irregularidades.
- (C) Intervenção do governo federal na gestão pública do ente federado.
- (D) Suspensão das transferências constitucionais.
- (E) Interrupção da autonomia tributária municipal.

37. Leia o texto para responder à questão.

O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é a iniciativa do Governo Federal responsável por todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, no qual são registrados todos os atos, desde a formalização da proposta até a prestação de contas final. O SICONV inaugurou uma nova era na gestão pública, pois renovou a relação entre a Administração Pública Federal com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Organizações da Sociedade Civil, ao automatizar os processos de transferências e desburocratizar as atividades fins, com foco na substituição do processo físico pelo eletrônico e no registro de todos os procedimentos, o que permite maior transparência e celeridade na execução das transferências voluntárias da União.

(Portal de Convênios, 04.05.2016. Adaptado)

Sobre a gestão de convênios na gestão pública municipal brasileira, é correto afirmar:

- (A) os saldos restantes de um convênio finalizado podem ser utilizados pela administração municipal para outra finalidade, como forma de premiação pela economicidade.
- (B) a gestão de convênios via sistema informatizado demanda capacitação técnica, o que exige investimento da prefeitura na qualificação dos servidores municipais.
- (C) no prazo de 180 dias antes de eleições municipais, não devem ser celebrados novos convênios, o que resguarda a futura administração municipal.
- (D) a inclusão de Organizações da Sociedade Civil no sistema prejudicou as pequenas prefeituras, que agora disputam recursos com estas entidades públicas não estatais.
- (E) a automatização dos processos garante a tecnicidade do sistema, o que o torna imune às decisões e interferências dos mandatários políticos locais.

38. Considere o caso apresentado a seguir.

Após a construção de um centro cultural, o prefeito da cidade de Mangaba foi alvo de especulações sobre os processos licitatórios referentes às obras do novo equipamento público. A desconfiança da sociedade era sobre as empresas participantes do certame, com a suspeita de que a maior parte dos concorrentes eram, na realidade, empresas fictícias, manobra utilizada para favorecer o vencedor. Diante da suspeita, uma organização não governamental (ONG) solicitou junto ao gabinete do prefeito os dados sobre o processo licitatório, desde o edital, até os detalhes sobre os concorrentes e a ata final do certame. Sob a alegação de que estes eram dados sigilosos e de competência da administração pública o pedido foi negado, o que gerou ainda mais desconfiança na população.

Assinale a alternativa que apresenta um argumento técnico correto para que os interessados façam um novo pedido de informações à prefeitura, e assim viabilizem o conhecimento dos atos públicos e a efetivação do controle social.

- (A) A implementação de políticas públicas de cultura deve atender os requisitos do Plano Nacional de Cultura previsto no art. 215 da Constituição Federal, que garante o acesso público aos dados relacionados à consecução de ações governamentais culturais.
- (B) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) exige a publicação de uma série de relatórios quadrimestrais sobre as contas públicas, com dados específicos sobre as contratações de quaisquer bens e serviços públicos.
- (C) A Constituição Federal estabelece como direito e garantia fundamental o acesso a informação, desde que esta não seja de sigilo imprescindível à segurança do Estado.
- (D) A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) define como forma de controle das contratações públicas a divulgação dos dados referentes à execução orçamentária anual, garantindo o acesso aos detalhes das despesas correntes e de capital de cada aquisição/compra.
- (E) O Regime Jurídico das ONGs no Brasil estabelece a obrigatoriedade do poder público de responder as consultas das organizações da sociedade civil, pois é um direito inalienável das ONGs controlarem o uso dos bens públicos pelos agentes políticos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

39. Ressalvados os casos previstos em lei, as disponibilidades de caixa da União serão depositadas
- (A) no banco central.
 - (B) em instituições financeiras oficiais.
 - (C) no banco central e em instituições financeiras oficiais.
 - (D) no banco central ou em instituições financeiras oficiais.
 - (E) em instituições financeiras previamente autorizadas.
40. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros,
- (A) ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por lei delegada.
 - (B) desde que não formem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e da Câmara dos Deputados, por lei complementar.
 - (C) ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de referendo, e do Senado Federal, por lei complementar.
 - (D) desde que não formem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
 - (E) ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
41. Nos termos da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que a eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de “originário”)
- (A) está sujeita a limitação normativa de ordem formal porque provém de um poder de fato.
 - (B) está sujeita a limitação normativa de ordem material porque provém do exercício de um poder suprapositivo.
 - (C) não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal.
 - (D) tem sua limitação condicionada à legitimação recebida da própria ordem constitucional.
 - (E) não está sujeita à limitação normativa de qualquer ordem, desde que não afronte os direitos e garantias fundamentais.

42. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de
- (A) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15 000 (quinze mil) habitantes e de até 30 000 (trinta mil) habitantes.
 - (B) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30 000 (trinta mil) habitantes e de até 50 000 (cinquenta mil) habitantes.
 - (C) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 50 000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80 000 (oitenta mil) habitantes.
 - (D) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 80 000 (oitenta mil) habitantes e de até 120 000 (cento e vinte mil) habitantes.
 - (E) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 120 000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160 000 (cento e sessenta mil) habitantes.
43. Nos termos do *caput* do art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País
- (A) recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros”.
 - (B) o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e o alistamento eleitoral”.
 - (C) a nacionalidade brasileira e o pleno exercício dos direitos políticos”.
 - (D) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.
 - (E) a criação de cultos religiosos ou igrejas, subvencionados pelos Estados e pelos Municípios”.
44. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos
- (A) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - (B) a soberania e os valores sociais do trabalho.
 - (C) a independência nacional e o pluralismo político.
 - (D) a igualdade entre os Estados e garantir o desenvolvimento nacional.
 - (E) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
45. A doutrina, ao referir-se à existência de constituições sintéticas ou analíticas, trata
- (A) da identificação da legitimidade democrática subjacente ao seu exercício.
 - (B) da forma de veiculação das normas constitucionais.
 - (C) do grau de detalhamento empregado nos respectivos textos, bem como da abrangência das matérias tratadas.
 - (D) do procedimento adotado para a modificação do texto constitucional, comparando-o com o procedimento aplicável à legislação ordinária.
 - (E) da doutrina de limitação do poder do Estado, da separação de poderes e da garantia dos direitos fundamentais.

46. Parte importante da jurisdição constitucional consiste no controle de constitucionalidade, cuja finalidade
- (A) é garantir o espaço próprio do pluralismo político, assegurando o funcionamento adequado dos mecanismos democráticos.
 - (B) traduz-se em soberania popular e governo da maioria, adotando determinados conteúdos materiais.
 - (C) é a síntese histórica de dois conceitos que são próximos, mas não se confundem, democracia e parlamentarismo.
 - (D) significa, em essência, limitação do poder do Estado e supremacia da lei, indispensáveis para a dignidade das pessoas.
 - (E) é declarar a invalidade e paralisar a eficácia dos atos normativos que sejam incompatíveis com a Constituição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

47. A Câmara Municipal do Município de Pindorama aprovou lei de iniciativa do legislativo municipal criando a “segunda-feira sem automóvel”, para impedir a circulação de veículos dentro da área urbana do Município às segundas-feiras. Ao vetar totalmente a lei, sob o fundamento de ofensa ao interesse público e cerceamento do direito de ir e vir, o Prefeito do Município de Pindorama está exercendo
- (A) função administrativa, pois está realizando a gestão concreta, prática e rotineira dos assuntos da municipalidade.
 - (B) função política ou de governo, porque o veto constitui ato de superior gestão da vida estatal, praticado no exercício de competência discricionária.
 - (C) função legislativa típica, porque o veto é ato do processo legislativo exercido pelo Chefe do Executivo de maneira típica por expressa determinação constitucional.
 - (D) função jurisdicional, pois está aplicando o direito a um caso concreto em razão de um conflito de interesses.
 - (E) função de controle, em razão do poder de tutela que o Executivo exerce sobre as leis emanadas do Poder Legislativo.
48. Propaganda veiculada em rádio, televisão e na internet associando determinado agente público à realização de obras públicas, sem a finalidade de orientar, informar e educar a sociedade, é ato que pode caracterizar ofensa ao princípio da
- (A) legalidade.
 - (B) publicidade.
 - (C) supremacia do interesse público.
 - (D) impessoalidade.
 - (E) eficiência.

49. O prefeito de um determinado Município, verificando a necessidade de expandir a rede de saneamento básico da área urbana da municipalidade, realizou licitação e contratou empresa para realizar a obra, nos termos especificados no projeto básico. O prazo de duração do contrato foi fixado em 24 meses. Sobre a prorrogação desse prazo, assinale a alternativa correta.
- (A) Não é possível prorrogar o prazo, porque a duração do contrato deve observar a vigência do respectivo crédito orçamentário, estando limitada a vinte e quatro meses.
 - (B) É possível a prorrogação do prazo por iguais e sucessivos períodos, limitado a sessenta meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.
 - (C) Não é possível prorrogar o prazo de duração, salvo se o atraso na entrega do objeto decorrer de fato ou ato de terceiro estranho à vontade das partes.
 - (D) É possível a prorrogação por até 120 meses, se houver interesse da Administração, por se tratar de obra de alta complexidade tecnológica.
 - (E) É possível a prorrogação se houver interesse da Administração, previsão da possibilidade de prorrogação no ato convocatório e se o projeto tiver sido contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.
50. Sobre o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar:
- (A) não estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de seus empregados.
 - (B) por serem pessoas jurídicas de direito privado, estão sujeitas à falência e à recuperação judicial.
 - (C) cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresas estatais.
 - (D) seus empregados não são considerados agentes públicos, não estando sujeitos à lei de improbidade administrativa.
 - (E) os pagamentos devidos pelas empresas estatais em virtude de sentenças judiciais submetem-se ao regime dos precatórios.
51. Os Tribunais de Contas exercem o controle externo da Administração Pública, cabendo-lhes
- (A) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ou de qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens, dinheiros ou valores públicos.
 - (B) o controle da legalidade e da conveniência e oportunidade das medidas adotadas pelo Poder Executivo, com vistas a proteger os superiores interesses do Estado e da coletividade.
 - (C) sustar os atos do Poder Executivo que exorbitem seu poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.
 - (D) apurar, mediante requerimento de um terço de seus membros, irregularidade ou abusos cometidos por administradores públicos, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público.
 - (E) apreciar e emitir parecer sobre programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, após a realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil.
52. Sobre a estabilidade dos servidores públicos, é correto afirmar:
- (A) são estáveis após dois anos de estágio probatório os servidores nomeados para cargo ou função de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - (B) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público será exonerado, se não puder ser adequadamente aproveitado em outro cargo.
 - (C) o servidor público não poderá perder o cargo em decorrência de procedimento de avaliação periódica de desempenho.
 - (D) a avaliação especial de desempenho, realizada por comissão instituída com essa finalidade, é condição para a aquisição de estabilidade.
 - (E) é assegurada aos empregados públicos aprovados em concurso público, após dois anos de efetivo exercício.

- 53.** Um ônibus de empresa concessionária do serviço municipal de transporte coletivo de passageiros, em velocidade acima da permitida para a via, ultrapassa o sinal semafórico vermelho e colide com um veículo de passageiros, que obedeceu ao comando semafórico e estava trafegando no sentido correto de seu trajeto, causando danos irreparáveis ao veículo, além de graves ferimentos nos ocupantes do veículo e danos leves em alguns de seus passageiros. Há diversas testemunhas que afirmam que o acidente decorreu única e exclusivamente do fato de o motorista do ônibus estar em alta velocidade e de não ter observado o sinal vermelho. Não há qualquer fator que possa ser invocado como força maior, caso fortuito, ou qualquer outra excludente de responsabilidade. As vítimas que estavam no veículo, terceiros não usuários do serviço, pretendem ingressar com ação de reparação de danos morais e materiais contra a empresa de transporte coletivo. Nesse caso, pode-se afirmar que a responsabilidade da empresa de transporte coletivo, que é pessoa jurídica de direito privado concessionária de serviço público, é
- (A) subjetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, porque se trata de pessoa jurídica de direito privado.
 - (B) objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
 - (C) objetiva em relação aos usuários do serviço e subjetiva em relação aos não usuários, pois apenas os usuários pagam tarifa beneficiando-se do regime jurídico administrativo.
 - (D) subjetiva se a concessionária for pessoa jurídica de direito privado não pertencente à Administração Pública e objetiva, quando a concessionária for empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente de a vítima ser ou não usuária do serviço.
 - (E) subjetiva apenas se a concessionária for pessoa jurídica de direito privado pertencente à Administração Pública e se a vítima não for usuária do serviço.
- 54.** O ajuste celebrado pela Administração Pública com entidade privada, no qual são estabelecidas determinadas metas de desempenho a serem alcançadas pela entidade em troca de benefício outorgado pelo Poder Público, é denominado:
- (A) convênio.
 - (B) consórcio público.
 - (C) contrato de gestão.
 - (D) parceria público-privada.
 - (E) contrato de empreitada.
- 55.** Não integram o salário do empregado para qualquer efeito
- (A) os prêmios e as comissões variáveis.
 - (B) as comissões variáveis e as ajudas de custo.
 - (C) as comissões variáveis e os valores relativos à assistência médica prestada pelo empregador.
 - (D) as gratificações legais e os valores relativos à assistência médica ou odontológica prestadas por empresa contratada pelo empregador.
 - (E) os valores relativos à assistência médica ou odontológica prestadas por serviço próprio do empregador.
- 56.** Tem garantia de emprego
- (A) a empregada gestante, desde a comunicação da gravidez até cinco meses após o parto.
 - (B) o presidente da comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até o término do mandato.
 - (C) o presidente da comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.
 - (D) o empregado eleito para cargo de direção da comissão interna de prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.
 - (E) o dirigente sindical, desde o registro da candidatura até dois anos após o término do mandato.
- 57.** A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre
- (A) banco de horas anual e regime de sobreaviso.
 - (B) trabalho intermitente e redução do adicional noturno.
 - (C) troca do dia de feriado e redução do adicional de insalubridade.
 - (D) redução do repouso semanal remunerado e supressão das horas extras.
 - (E) supressão de horas extras e da licença-paternidade.

- 58.** Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo do salário,
- (A) até cinco dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente.
 - (B) até três dias consecutivos, em virtude de casamento.
 - (C) por um dia, em cada seis meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue.
 - (D) até três dias, para realização das provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
 - (E) nos dias de vacinação obrigatória do filho menor de seis anos.
- 59.** Sobre o salário do empregado, incidem os seguintes descontos:
- (A) contribuição previdenciária e contribuição sindical obrigatória.
 - (B) imposto de renda e prejuízos sofridos pelo empregador.
 - (C) contribuição previdenciária e danos causados por dolo do empregado, independentemente de previsão contratual.
 - (D) danos causados por dolo ou culpa do empregado, independentemente de previsão contratual.
 - (E) vale-transporte e contribuição assistencial obrigatória.
- 60.** Em relação ao recibo de quitação da rescisão do contrato de trabalho, é correto afirmar que
- (A) depende, para sua validade, de homologação do sindicato da categoria profissional.
 - (B) depende, para sua validade, de homologação do sindicato da categoria profissional nos contratos superiores a um ano.
 - (C) deve ser assinado perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
 - (D) é documento hábil para requerimento do benefício do seguro-desemprego, independentemente da anotação de extinção do contrato na carteira de trabalho e previdência social.
 - (E) não depende, para sua validade, de assistência do sindicato da categoria profissional, independentemente do período contratual.

